

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO - SGP2
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

<u>REQUERIMENTO D.COM PROCESSO</u>	08 - 0021 / 2002	DE	2002
<u>MATÉRIA LEGISLATIVA:</u>	RDP	08 - 0021 / 2002	DE 05/03/2002
<u>PROMOVENTE:</u>	PARTIDO	PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL	
<u>EMENTA:</u>	REQUER A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE IN - QUÉRITO PARA APURAR INDÍCIOS DE SUPERFATURAMENTO NAS CONTAS RELATIVAS AO CONJUNTO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA AV ÁGUA ESPRAIADA, PELOS MOTIVOS EXPOSTOS.		

ARQUIVADO EM 17, 11, 2005

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
13/10/2010 15:47:30

00000004062-28



Viviane FB
VIVIANE FERREIRA, RC.
CHEFE DE SEÇÃO
Supervisora
SGP-33

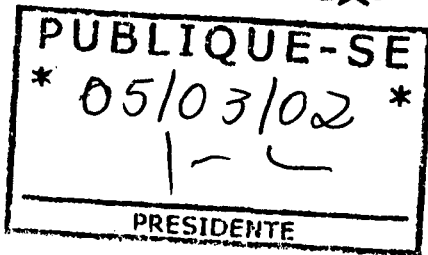


CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 01 do proc.

Adelino C. C. - Ass. Parlamentar

RF. 100.406



REQUERIMENTO D

08 - RDP
08-0021/2002

Requeremos, em conformidade com o artigo 33 da Lei Orgânica do Município de São Paulo e dos artigos 89 e seguintes da Resolução nº 2 de 26 de abril de 1991, a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar indícios de superfaturamento nas contas relativas ao conjunto das obras de construção da Avenida Água Espraiada, pelos motivos que passamos a expor.

A construção da avenida Água Espraiada, complexo viário de grande porte, gerou inúmeros questionamentos na sociedade, sendo traduzidos pela imprensa como indícios de superfaturamento.

O Ministério Público instaurou processo investigatório e já se pronunciou sobre o tema, indicando que a obra custou aos cofres públicos valores várias vezes superiores aos orçados inicialmente.

O jornal "O Estado de S. Paulo" em 26 de agosto de 2001, divulgou matéria apontando com o seguinte teor: "Laudo aponta superfaturamento de avenida - Para técnicos, sobrepreço de R\$ 100 milhões foi embutido em itens da obra da Água Espraiada"

1

Seção de Publicação e
Edição de Anais
DT - 10

05 MAR 2002

16:30hs

Núcleo da Liderança do PCdoB

Viaduto Jacaré, 100 - CEP 01319-900 - 3º andar - Sala 308A

(Anexo ao Gabinete da Vereadora Ana Martins)

Telefones: 3111.2226 - 3111.2519 - FAX 3101.3918

Correio Eletrônico: pcdob_cmsp@uol.com.br

C M S P - A T M

-05-Mar-2002-16:08-002460

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) informaç(ões) nesta data documentaç(ões) rubricado(s)

sob nº 2a 9 e folha de informação sob nº

18.04/05 a (90)

Adelina Cicone

Assistente Parlamentar

Registro 100.406



Laudo do Setor Científico do Centro de Apoio Operacional à Execução (Caex) – órgão de perícias do Ministério Público de São Paulo –, aponta superfaturamento de R\$ 100 milhões nas obras da Avenida Água Espraiada, na zona sul da cidade. O documento está em fase de conclusão e será encaminhado à Promotoria de Justiça da Cidadania, que apura irregularidades no empreendimento, realizado durante a gestão de Paulo Maluf (1993-1996) na Prefeitura. (...)

CPIs instaladas nesta Câmara Municipal em 2001 para apurar denúncias de irregularidades nas contas públicas do município, como a CPI da Dívida Pública e a do Tribunal de Contas do Município, se depararam, durante as investigações realizadas, com citações em depoimentos que também indicavam a possibilidade de irregularidades em contratos e valores da obra.

Em função dos fortes indícios de irregularidades a CPI da Dívida Pública em seu Relatório Final indicou à Câmara Municipal a necessidade de que se crie CPI para apuração das condições e termos dos contratos firmados pela prefeitura para realização de grandes obras.

Finalmente, a revista *Veja* de 6 de março do ano em curso traz matéria que, sob o título “Diretor de Empreiteira Denuncia”, reproduz pontos do depoimento que o advogado Simeão Damasceno de Oliveira, ex-diretor financeiro do escritório da empreiteira Mendes Júnior em São Paulo, prestou ao Ministério Público na semana passada, no qual teria afirmado ter sido o responsável pelo “caixa dois” da empresa e de ter pago altas comissões e propinas a funcionários públicos e políticos, por ocasião da realização de obras públicas sob a responsabilidade da empresa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 03 do proc.
Nº 21.202
Adelina Cícero - Adv. Parlamentar
RF. 100.406

A matéria em questão afirma ainda: "O caso mais escandaloso é o da obra de canalização do córrego da Águas Espraiadas. O projeto começou orçado em 78 milhões de reais e acabou em 783 milhões – dez vezes mais."

Consideramos, portanto, imprescindível que esta Câmara contribua na apuração dos fatos, verifique se houve de fato superfaturamento na construção do complexo Água Espraiada, identifique os responsáveis por eventuais prejuízos ao erário público e proponha medidas saneadoras. *PROponho QUE ESTA CPI TENHA 7 MEMBROS E DURAÇÃO DE 30 DIAS.*

Sala das Sessões, 05 de março de 2002

Vereadores

Ana Martins

Alcides Amazonas

Cláudio Fonseca

Líder da Bancada do PCdoB

1º Proponente

\\Liderança 01\meus documen\CPI - Águas Espraiadas\Requerimento de Instalação.doc

3

Núcleo da Liderança do PCdoB

Viaduto Jacareí, 100 - CEP 01319-900 - 3º andar - Sala 308A

(Anexo ao Gabinete da Vereadora Ana Martins)

Telefones: 3111.2226 - 3111.2519 - FAX 3101.3918

Correio Eletrônico: pcdob_cmsp@uol.com.br

Brasil

DIRETOR DE EMPREITEIRA DENUNCIA

“As comissões eram de até 30%. Eu fazia os cálculos. Eu cuidava do caixa dois. Eu paguei propina. Eu entreguei o pacote com dinheiro”

Alexandre Secco

O advogado Simeão Damasceno de Oliveira ocupou entre 1985 e 2001 o cargo de diretor financeiro do escritório da empreiteira Mendes Júnior, em São Paulo. Nessa função, controlava o fluxo de caixa da filial paulista da construtora, bem como o entra-e-sai de cheques e depósitos bancários. De acordo com seus cálculos, nos dezesseis anos em que esteve na companhia, Oliveira cuidou de contratos referentes a obras públicas que somaram 10 bilhões de reais. Na semana passada, um ano depois de se desligar da empresa, ele esteve no Ministério Público de São Paulo para contar que boa parte desse dinheiro foi parar no bolso de funcionários pú-

blicos e políticos na forma de propina. “Pelo menos 10% de tudo isso virou propina. É coisa de 1 bilhão de reais de caixinhas”, disse a VEJA o ex-diretor. Num depoimento que durou onze horas, Oliveira descreveu a existência de um esquema de pagamento de propinas sediado na Mendes Júnior do qual ele não era mera testemunha, mas protagonista. No momento mais importante do relato, o advogado listou os beneficiários das propinas e citou um nome de peso: Paulo Maluf.

Oliveira contou aos promotores que, durante a gestão de Paulo Maluf à frente da prefeitura de São Paulo (1993-1996), a Mendes Júnior viveu uma fase de grande lucratividade. Segundo o ex-diretor, em acordo com a assessoria do prefeito, a empreiteira superfaturava as obras, recebia o pagamento dentro do prazo acordado e compensava tamanha generosidade com propinas que chegavam a até 37,5% sobre o valor do contrato.

“As comissões eram pesadas, mas tínhamos muitas obras.” Ele se recorda dos principais números: “Tínhamos quase 600 milhões de reais em obras com a prefeitura. Uns 200 milhões de reais foram pagamento de propinas”. Além de depor, Oliveira compareceu ao Ministério Público carregando uma mala recheada de documentos. Apresentou o re-



O ex-prefeito Paulo Maluf: 5 bilhões de reais para as empreiteiras

sultado de uma coleção particular de papéis que vêm organizando desde que entrou na empresa. São 10 000 cópias de cheques, registros originais de movimentações de caixa, cópias de contratos, recibos de pagamento e outros documentos contábeis. “Nunca tínhamos visto um depoimento amparado em tanta documentação”, disse o promotor José Carlos Blat, que investiga o caso.

O papelório entregue aos promotores registra detalhadamente os pagamentos realizados pela Mendes Júnior a sete empresas que prestavam serviços para a



Oliveira: acusado de tentar fazer chantagem



Águas Espraiadas:
33 aditamentos
ao contrato e
superfaturamento

para contas da empreiteira, e o resto servia para pagar as propinas. "Eu calculava os valores, orientava para que contas correntes o dinheiro deveria ir." De acordo com os documentos apresentados por Oliveira, uma das empresas fantasmas para a qual a Mendes Júnior enviou cheques é a Pau Brasil, do pianista João Carlos Martins, a mesma que no passado arrecadava fundos para a campanha de Maluf.

Os documentos apresentados pelo ex-diretor da Mendes Júnior e seu depoimento não podem ser traduzidos automaticamente em provas. As peças só fazem sentido quando vistas em perspectiva. O ex-prefeito Paulo Maluf transformou a cidade de São Paulo em um canteiro de obras.

Em quatro anos ele gastou mais de 7 bilhões de reais na construção de viadutos, pontes e avenidas. As sete grandes empreiteiras do país conquistaram obras grandes em sua gestão. Raridade nesse mercado, os pagamentos eram sempre feitos em dia. O curioso é que durante a gestão Maluf o preço desses serviços subia em razão de seguidos aditamentos. Sua administração deixou três símbolos do superfaturamento: o Túnel Ayrton Senna, a Avenida Águas Espraiadas e a Avenida Jacu-Pêssego. O orçamento inicial para a execução desses projetos foi de 400 milhões de dólares. Acabaram custando quatro vezes mais: 1,7 bilhão de dólares. O caso

O preço subiu muito

O quadro mostra o que aconteceu com o valor da obra mais polêmica realizada na gestão de Paulo Maluf na prefeitura de São Paulo entre os anos de 1993 e 1996.

OBRA	Águas Espraiadas
CARACTERÍSTICA	Avenida com 5 quilômetros de extensão e seis viadutos
PREÇO INICIAL	78 milhões de reais
PREÇO FINAL	783 milhões de reais
DIFERENÇA ENTRE O PREÇO INICIAL E O PREÇO FINAL	A obra ficou dez vezes mais cara

Fontes: Ministério Público do Estado de São Paulo e Tribunal de Contas do Município de São Paulo

construtora. Segundo seu depoimento, "elas são a chave para desvendar o esquema da propina". São todas empresas fantasmas, disse, "receberam milhões de reais sem nunca ter trabalhado". Ele contou que a Mendes Júnior pagava as prestadoras de serviços fantasmas mediante a apresentação de notas fiscais frias. "Elas ficavam com 10% de comissão sobre o valor das notas e devolviam o resto do dinheiro." O ex-diretor afirmou que ele era o encarregado de coordenar a entrega do dinheiro para seus "verdadeiros donos". Conforme seu relato, uma parte voltava

mais escandaloso é o da obra de canalização do córrego da Águas Espraiadas. O projeto começou orçado em 78 milhões de reais e acabou em 783 milhões — dez vezes mais.

Oliveira afirmou aos promotores que esteve poucas vezes com Paulo Maluf, mas jamais tratou de dinheiro com o ex-prefeito. Pessoalmente, o ex-diretor da construtora se encontrou com o ex-tesoureiro das campanhas malufistas, morto em 1999, Calim Eid e também com o ex-secretário de obras da prefeitura Reynaldo de Barros. "Estive três vezes com Calim



Reynaldão,
que pagava as
empreiteiras em dia:
helicóptero após
a gestão de Maluf

folha nº 06 do proc.
21 002
zeram uma aplicação signifi-
cativa, cerca de 90 milhões
de dólares, na compra de de-
bêntures da Eucatex, empre-
sa da família Maluf. Os pro-
motores investigam se o di-
nheiro aplicado na Eucatex
não seria do próprio Maluf.

Procurado por VEJA para
comentar mais essa denún-
cia, o ex-prefeito não quis fa-
lar. A resposta coube
aos advogados. Ricar-
do Tosto, que defende
Maluf, afirmou ter sido
procurado há algumas sema-
nas por um colega, Pedro
Lessi, advogado do ex-diretor
financeiro da empreiteira. No
encontro, Lessi informou a
Tosto que possuía um dossiê
que interessava a Maluf e pe-
diu um encontro de seu clien-

Eid e nas três lhe entreguei dinheiro. Nu-
ma ocasião, dei a ele um pacote com
300 000 dólares. Eu tinha a orientação de
levar o dinheiro dentro de caixas de ús-
que ou de bombons." O encontro com
Reynaldo de Barros ocorreu em compa-
nhia do diretor-geral da Mendes Júnior,
Sidnei Lobo da Silva, que permanece no
cargo. Segundo o relato feito aos promo-
tores, Silva entregou ao secretário um pa-
cote de dinheiro. "Eu mesmo havia em-
brulhado o dinheiro", conta Oliveira. Es-
sas propinas pagas pessoalmente, lembra
o ex-diretor, referem-se às miudezas, evi-
dentemente. O grosso do dinheiro era
transferido para o exterior por via bancária
ou por intermédio de doleiros. As contas
que recebiam os depósitos, relata Oliveira,
lhe eram indicadas pelo diretor-geral.

A denúncia de Oliveira vem a públi-
co num momento político especial na
vida de Paulo Maluf. Primeiro colocado
nas pesquisas para governador de São
Paulo, Maluf está com 31% das inten-
ções de voto, 9 pontos percentuais à
frente do segundo colocado, o governa-
dor Geraldo Alckmin. É também um
momento delicado no aspecto jurídico.
Há dois anos, os promotores investigam
Maluf pela acusação de manter contas
secretas no exterior
cujo saldo seria pro-
veniente de desvios
irregulares de di-
nheiro público. De
acordo com os nú-
meros divulgados, o
saldo dessas contas

**Pista de pouso
na fazenda de
Reynaldão:
15 000 reais
por mês para
manter piloto
e avião**

seria da ordem de 200 milhões de dóla-
res. A investigação começou quando
uma quantia expressiva atribuída a Ma-
luf deixou a Suíça rumo ao paraíso fis-
cal da ilha de Jersey, num padrão muito
acima do normal. Detalhe importante: o
nome de Maluf surgiu nas discussões
por intermédio de técnicos estrangeiros,
e não de simpatizantes do PT ou do
PSDB. Recentemente se descobriu que
fundos oriundos justamente de Jersey fi-

te com o ex-prefeito. Não se falou em di-
nheiro na ocasião, mas Lessi avisou que
as informações contidas na documenta-
ção poderiam prejudicar Maluf caso fos-
sem divulgadas. "Essa conversa é pró-
pria de um desqualificado", afirma Tos-
to. Na semana passada, VEJA também
procurou a Mendes Júnior, que acionou
o jornalista Carlos Brickmann para falar
em seu nome. Sua versão dos fatos é que
a empreiteira está sendo vítima de uma
chantagem. Em agosto de
2001, a Mendes Júnior regis-
trou na polícia uma queixa de
extorsão. Consta no inquéri-
to, aberto em São Paulo, que
o ex-diretor teria exigido 6
milhões de reais em troca da
não-divulgação de papéis.
Brickmann informa que a
empreiteira recusou a propos-
ta. "Fazemos tudo 100% den-
tro da lei", diz o jornalista.

O que espanta nesse caso
é a audácia do ex-diretor. Ele
admite ter tentado um contato
com Maluf e também ter pe-
dido dinheiro para a emprei-
teira. Significa que, se nada
do que diz for comprovado,
ele será processado e estará
em apuros. Mesmo assim,
Oliveira não muda o tom dos
ataques. "Eu sei do que estou
falando. Eu cuidava do caixa
dois. Eu paguei propina. Eu
entreguei pacotes com di-
nheiro", diz.



CACO DE PULIA

Obra condenada

Ex-funcionário de empreiteira denuncia esquema de superfaturamento na gestão de Paulo Maluf

Ines Garçon e Juliana Vilas



Grampo: Instituto Del Picchia periciou a gravação da conversa em que funcionário da Mendes Júnior tenta manipular depoimento

A alegria durou pouco. Na mesma semana em que Paulo Maluf (PPB) apareceu em primeiro lugar nas pesquisas para o governo paulista, nove pontos à frente do governador Geraldo Alckmin (PSDB), um ex-funcionário da empreiteira Mendes Júnior denunciou o esquema de superfaturamento da avenida Águas Espreiadas, a milionária obra de sua gestão na Prefeitura de São Paulo (1993-1997). Em depoimento ao Ministério Público Estadual na quarta-feira 27, Simeão Damasceno de Oliveira declarou, entre outras coisas, que os cofres municipais pagaram US\$ 800 milhões por uma obra que custaria US\$ 250 milhões. E mais:

"Maluf levava seus 20% religiosamente todo mês durante cinco anos", disse a ISTOÉ. A avenida foi construída entre 1993 e 1998 e inaugurada no segundo ano da gestão Celso Pitta. A novidade não é o superfaturamento da obra, investigado pelo MP há pelo menos dois anos, e sim o esquema de ida e volta do dinheiro. Como provas, os promotores têm em mãos cópias de cheques e recibos. "Jamais tivemos esta quantidade de indícios sobre um esquema de corrupção", garante o promotor Sílvio Marques.

Simeão trabalhou de 1985 a 2001 na Mendes Júnior, que presta serviços à prefeitura há 14 anos, e hoje, num processo trabalhista, pede

R\$ 5 milhões em participações nos resultados de 17 contratos. Como coordenador administrativo, ele diz ter sido ator coadjuvante na execução do desvio. "Tudo que era das finanças passava por mim", explica. Segundo Simeão, o esquema funcionou assim: a Mendes Júnior contratou dez empresas-fantasmas que emitiam notas fiscais frias

com valores baseados em medições fictícias, avalizadas pela Empresa Municipal de Urbanização (Emurb). Esses valores eram pagos pela empreiteira em cheques nominais às terceirizadas, como a Planicampo Terraplanagem. As sub-empreiteiras descontavam o dinheiro e emitiam cheques menores, que, somados, chegavam a 90% da quantia recebida. O MP diz que, na realidade, as terceirizadas nem sequer assinavam tais cheques. Eles eram preenchidos na própria Mendes Júnior pelo então funcionário Joel Guedes Fernandes, responsável pelo caixa da empresa, que foi demitido um ano antes de Simeão e prestou depoimento em janeiro.

Mala de dólares – Simeão contou que o bolo da Águas Espraiadas era dividido em três partes. Maluf teria embolsado 20%; funcionários da Emurb, 17%; e a Mendes Júnior, o restante. E, de acordo com ele, que trocava os cheques com doleiros, 37% de Maluf e da Emurb eram distribuídos de três formas. A primeira: o dinheiro em espécie era entregue na casa do então secretário de Serviços e Obras, Reynaldo de Barros, por um gerente da Mendes Júnior. A segunda: Simeão e Joel enviavam o dinheiro embrulhado para presente aos participantes do esquema. E a terceira: a quantia era depositada por Simeão em contas no Exterior. "Eu me lembro de ter depositado no Citibank e no Safra, de Genebra, e no MTB Bank, de Nova York." Ele conta que "em 1998, era o Flávio Maluf (filho do ex-prefeito) quem fornecia os números das contas". Só naquele ano, segundo Simeão, foram entregues de US\$ 1,5 milhão a US\$ 3 milhões por mês para a turma da prefeitura. Joel, que fez um acordo trabalhista ao sair da empresa, declarou que o caixa 2 da Mendes Júnior movimentava cerca de US\$ 4 milhões por mês.

Folha nº 09 do proc.

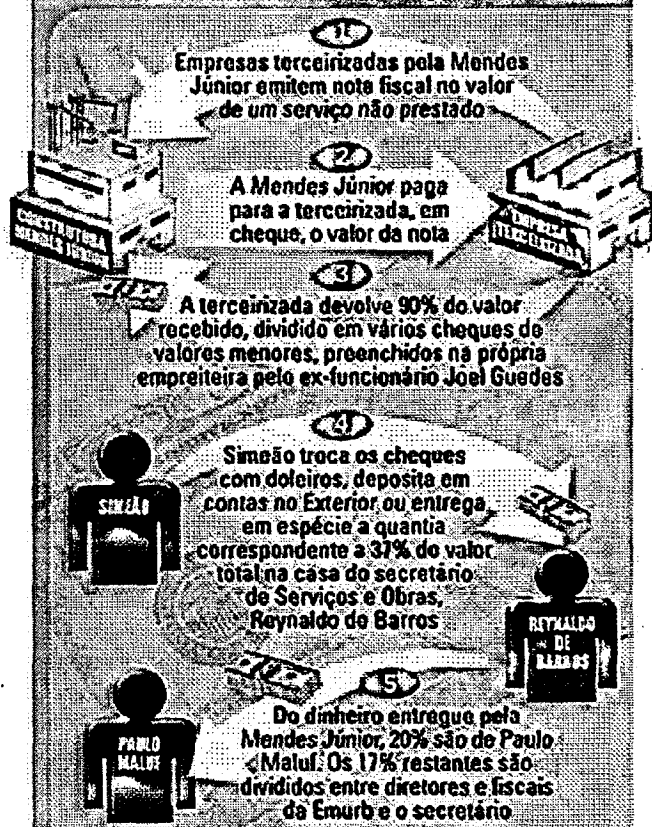
Nº 21 de 02

Ademir Cleto - M. Parlamentar

RF. 100.406

12 O esquema

Segundo Simeão, ex-funcionário da Mendes Júnior, Maluf levava 20% do valor superfaturado



A SGP-33, PARA ARQUIVAMENTO nos
termos do artigo 275 do Regimento Interno.
São Paulo, 24 / 04 / 05

ANGELA BORDIN ANDREONI
Subsecretaria de Apoio Legislativo
SGP-2

SUBSECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL
Proc. encerrado com 9 fls.
Arquivado em 19/11/2005
Assinatura
JADER AUGUSTO PIMENTA
RF 10.860
SGP. 33